

PARECER TÉCNICO N.º 039/2024

Número do Processo	Fase do processo
8766/2024	Declaração de Atividade não Constante

Legislação e referências consultadas

- Lei Complementar Federal n.º 140/2011 – Da competência do Licenciamento Ambiental.
- Lei Complementar Municipal n.º 131/2022– Zoneamento Ecológico-Econômico Municipal.
- Lei Complementar Municipal n.º 048/2016 – Plano Diretor Municipal.
- Lei Complementar Municipal n.º 049/2016 e suas alterações – Código de Obras
- Lei Complementar Municipal n.º 050/2016 e suas alterações – Código de Posturas.
- Lei Municipal n.º 676/2016 e suas alterações – Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do município.
- Lei Municipal n.º 274/2010 e alterações - Dispõe sobre a coleta de resíduos inertes através de caçambas estacionárias, seu transporte, depósito, tratamento e destinação final, e dá outras providências.
- Resolução CONAMA n.º 001/1990 – Emissão de Ruído.
- Resolução CONSEMA n.º 99/2017 e suas alterações – Aprova a listagem das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.
- ABNT NBR 10151:2019 e suas alterações – Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas.

Objetivo do parecer

Análise referente ao requerimento de Declaração de Atividade não Constante para construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) Diamantina na Rua(410) Paraná, no Balneário Diamantina, Bairro Barra do Saí, Itapoá-SC.

Dados do empreendedor/correspondência

Nome: Prefeitura Municipal de Itapoá – Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAN)		
CPF/CNPJ: 81.140.303/0001-01		
Endereço: Travessa Dailton José Grassi, n.º 52 – Itapema do Norte		
CEP: 89360-612	Município: Itapoá	Estado: SC

Representante Legal ou Procurador

Nome: Luis Irineu Denes	Matrícula: 11933593	CPF: 842375209-78
-------------------------	---------------------	-------------------

Dados do empreendimento

Nome: Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) Diamantina		
Endereço: Rua(410) Paraná esquina com a Rua(343) Sergipe	Bairro: Barra do Saí	
CEP: 89249-000	Município: Itapoá	Estado: SC
Coordenadas Planas UTM – X: 738469.00 m E Y: 7118062.00 m S.		

Código e Atividade

Atividade não constante: construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) com área construída de 354,88 m².

Processos vinculados

Não há.

Licenças vinculadas

AuC 259/2020/SEMAI.

Histórico de Licenças

Não há.

Unidade de Conservação

Não está inserido em unidade de conservação.
--

Zona / Área

Zona Urbana III

Responsável Técnico

Debora Tonini da Cunha – Engenheira Civil – CREA/SC 89658-4 – ART 7373608-8: Projeto de estrutura de concreto armado e orçamento de edificação de alvenaria para fins especiais. ART 7271619-8: Projetos hidrossanitário e rede de gás canalizado.

Nathalia de Souza Zattar – Arquiteto e Urbanista – CAU/BR A69107-0 – RRT 9191995: Projeto arquitetônico, sistema de prevenção e combate a incêndios e respectivos memoriais descritivos.

Rogério Ferrari Maistro – Engenheiro Civil – CREA/SC 103401-3 – ART 9105053-2: Memorial descritivo e orçamento para etapa de conclusão da obra da UBS Diamantina após sua paralisação.

Caracterização do empreendimento

Trata-se da construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) Diamantina, em imóvel de 1066,26 m² com área edificada de 354,88 m², localizado na Rua(410) Paraná esquina com a Rua(343) Sergipe, no Bairro Barra do Saí, em Itapoá-SC. A UBS contará com estacionamento, central de resíduos com compartimentos para resíduos recicláveis, comuns e infectantes, consultórios, sala para ACS, vestiários e banheiros, copa, sala de administrativa, almoxarifado, sala de triagem, recepção, sala de espera, sala de inalação, sala de curativos, sala de imunização, sala de demonstração e educação em saúde, sala de esterilização e estocagem de material, bicicletário.

Análise Técnica

A atividade objeto do presente parecer refere-se à construção Unidade Básica de Saúde (UBS) Diamantina, em alvenaria, apenas com pavimento térreo, totalizando 354,88 m² de área construída, na Rua(410) Paraná esquina com a Rua(343) Sergipe, no Bairro Barra do Saí, em Itapoá-SC.

A área de intervenção está inserida na Zona Urbana III.

Não há cursos d'água na área, que está localizada na Bacia Hidrográfica Independente do Atlântico.

No imóvel havia vegetação passível de supressão, ao qual foi devidamente autorizada através da Autorização de Corte (AuC) n.º 259/2020/SEMAI.

Ressalta-se que o imóvel está parcialmente inserido na área de risco de alagamento, definida pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que tem as atribuições de Serviço Geológico do Brasil.

Segundo FCEI e Declaração de Responsabilidade apresentados, o responsável técnico declara que a atividade estará localizada de acordo com a legislação ambiental e florestal vigentes, e que os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dela decorrentes serão tratados adequadamente. Declara, ainda, que fará os controles ambientais necessários para evitar e controlar a contaminação por fontes difusas, a variação dos níveis de ruídos, o aumento do tráfego de veículos, a geração de resíduos, a alteração da qualidade da água e do solo.

A atividade objeto desse parecer não consta na listagem de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental aprovada pelas Resoluções CONSEMA n.º 098/17 e 099/17 e suas alterações, portanto, não está sujeita ao licenciamento ambiental ou cadastramento na forma da Resolução CONSEMA n.º 098/2017, cabendo somente a emissão da Declaração de Atividade não Constante.

Condições de validade

1.Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da obra desenvolvida deverão estar em conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA n.º 001/1990, a qual considera prejudiciais à saúde e ao sossego público os ruídos com níveis superiores aos considerados aceitáveis pela Norma NBR 10151:2019 e suas alterações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

2. Os componentes do sistema de tratamento de efluente devem ser monitorados frequentemente, e quando necessário, realizar a manutenção/limpeza dos mesmos, a fim de garantir seu bom funcionamento e atendimento aos padrões de lançamento das legislações pertinentes. (Ex: troca de pastilhas de cloro do clorador, limpeza da caixa de gordura e esgotamento do lodo excedente do tanque séptico);
3. Os empreendimentos/atividades geradoras de efluentes líquidos são obrigados a instalar caixa de inspeção, antes e após os sistemas de tratamento dos mesmos, para fins de monitoramento da eficiência do sistema de tratamento.
4. Deverão ser observados detalhes de encaixe, dilatação e montagem das tubulações/componentes do sistema hidrossanitário, garantindo qualidade e segurança, sem risco de vazamentos ou acidentes;
5. Caso não haja reaproveitamento do material da obra, os resíduos sólidos decorrentes da atividade deverão ser corretamente armazenados e encaminhados a terceiros para reutilização e/ou destinação final adequada, em empreendimentos devidamente licenciados pelos órgãos competentes, devendo ser entregues nesta secretaria os respectivos MTR e CDF, emitidos dentro do sistema MTR do IMA-SC¹;
6. Segregar, coletar, acondicionar, armazenar, transportar adequadamente e viabilizar destinação/disposição final dos resíduos gerados de acordo com as normas vigentes (atendimento à ABNT NBR 10004:2004 e 12809:1997, à Lei Estadual n.º 14.675/2009 (Código Estadual do Meio Ambiente) e suas alterações, à RESOLUÇÃO CONJUNTA CONSEMA e DIVS n.º 02/2019, à RDC N.º 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018;
7. Fica proibida a queima de resíduos sólidos ao ar livre, conforme legislação vigente, bem como o depósito de materiais e entulhos em locais inapropriados;
8. O empreendedor deverá respeitar, preservar e contribuir para a manutenção do equilíbrio ambiental de todos os componentes do ecossistema em que está locado o empreendimento;

Controles ambientais

- 1. Alteração dos Níveis de Ruídos:** ruídos gerados durante as obras. Medidas de Controle: execução das operações mais ruidosas apenas no período diurno; seleção dos equipamentos também pelo nível de ruídos emitidos. Atendimento à norma ABNT NBR 10151:2019 e suas alterações, conforme Resolução CONAMA n.º 001/1990;
- 2. Tráfego de Veículos:** movimentação de veículos e pessoas na região durante a realização da obra. Medidas de Controle: implantação de sinalização para os transeuntes e motoristas;
- 3. Geração de Resíduos Sólidos:** a disposição final inadequada de resíduos sólidos de serviços de saúde pode contaminar o solo e a água. Medidas de Controle: segregar por classes, coletar, acondicionar, armazenar, transportar adequadamente e viabilizar destinação/disposição final de acordo com as normas vigentes (atendimento à ABNT NBR 10004:2004 e 12809:1997, à Lei Estadual n.º 14.675/2009 (Código Estadual do Meio Ambiente) e suas alterações, à RESOLUÇÃO CONJUNTA CONSEMA e DIVS n.º 02/2019 e à RDC N.º 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018;
- 4. Contaminação por Fontes Difusas:** eventuais vazamentos de óleos, graxa dos veículos e máquinas. Medidas de Controle: Verificar visualmente possíveis fontes de vazamento; realizar a manutenção apropriada dos veículos. No caso de eventuais vazamentos dos maquinários durante a execução das obras, interromper as atividades, isolar a área, promover o recolhimento dos resíduos gerados e dar a destinação final correta;
- 5. Comprometimento da Qualidade da Água e do Solo:** A utilização de maquinário pode acarretar emissão de fluidos e carreamento de sedimentos / O não tratamento e a disposição

1 Disponível em: <<http://mtr.ima.sc.gov.br/>>

inadequada do efluente sanitário pode contaminar o solo e as águas subterrâneas e superficiais. Medidas de Controle: fica vedado qualquer tipo de lavagem de peças e equipamentos em corpos d'água e em áreas adjacentes. / Implementar e monitorar adequadamente o sistema de tratamento de efluente sanitário.

6. Supressão de Vegetação: fica vedada qualquer tipo de supressão de vegetação sem a emissão da AuC.

Documentos que fundamentam o parecer

Requerimento de DanC, FCEI e Declaração de Responsabilidade preenchidas e assinadas pelo pelo Engenheiro Civil da Secretaria de Planejamento Urbano de Itapoá (SEPLAN) Luis Irineu Denes – CREA/SC 059813-1. Projetos Arquitetônicos.

Conclusão

Ante ao exposto, este parecer é favorável à concessão de uma Declaração de Atividade não Constante, com validade de um ano, para construção da UBS Diamantina, conforme requerido.

Local e data

Itapoá, 06 de Março de 2024.

Equipe técnica

LEONARDO PIZZAIA PRETTI

Engenheiro Ambiental
CREA SC 191394-1
Matrícula n.º 12024856

O(A) requerente fica ciente de que:

- **ESTE PARECER NÃO AUTORIZA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO;**
- Este parecer foi elaborado com base na legislação ambiental vigente, considerando as atribuições e níveis de competência dos diferentes entes federados que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- Este parecer não substitui alvarás, certidões ou licenças de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, no que diz respeito ao uso e ocupação do solo;
- Deverão ser respeitadas todas as legislações ambientais vigentes, mesmo que não citadas no presente parecer;
- Este parecer tem validade de um ano a partir de sua emissão, desde que as características do empreendimento não se alterem ou entrem em vigor outras legislações ambientais.